

“ESTUDOS DE COMUNIDADE”: TEORIA E/OU MÉTODO?

MARIA JÚLIA GOLDWASSER

1. *Introdução*

Os chamados “estudos de comunidade” representam uma tentativa de apreensão unitária da realidade social. Metodologicamente, refletem uma transposição para o âmbito das sociedades complexas, das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela Antropologia Clássica no estudo das sociedades ditas primitivas (1). Do modelo teórico destas sociedades, implícito naquela transferência de abordagem, destacaram-se as dimensões de homogeneidade e isolamento que se assumiam como condições necessárias à aplicação do método antropológico, produzindo-se os primeiros estudos de comunidade preferencialmente sobre pequenos aglomerados rurais relativamente compartimentalizados em suas ligações com a sociedade global.

A proposição fundamental consistindo em captar a comunidade como uma forma de organização total, o problema preliminar que se expôs foi o da possibilidade de delimitação de suas fronteiras e o de determinação de sua configuração intrínseca. As críticas que inicialmente se apontaram aos estudos de comunidade incidiram justamente sobre as limitações do enfoque isolacionista recortando a comunidade desconectada da sociedade global. Não somente constituía, sob qualquer ângulo, um problema empírico a demarcação dos contornos da

comunidade, como pelo tratamento predominantemente descritivo e particularista em que eram vasados estes estudos tradicionais, se comprometia seu próprio alcance explicativo em termos das conexões estruturais mais amplas que se deixavam então de desvendar.

De um segmento populacional espacialmente localizado, cujo sistema de relações sociais se visava a esgotar em sua totalidade, a idéia de comunidade diluiu-se em concretidade física para aproximar-se da noção de objeto construído de análise, decidido à luz de uma problemática remetida ao nível de comunidade pensada como instância empírica de verificação. Aos estudos de comunidade passaram a associar-se exigências lógicas de representatividade e generalização, superando-se a consideração da comunidade apenas como objeto de estudo em si. Dentro de uma perspectiva mais recente, transformou-se o próprio conceito de comunidade, tornando-se ao mesmo tempo mais específico e mais abrangente: mais específico no sentido de que os modernos estudos de comunidade já não abrigam um inventário exaustivo de todo um sistema cultural e vida social, mas apontam a uma questão central; e mais abrangente no sentido de que exemplares diversificados de organização comunitária têm sido distinguidos no interior de outras modalidades mais inclusivas de organização social, ampliando-se assim quanto ao campo explicativo e flexibilizando-se o conceito original.

2. *A Noção de Comunidade*

2.1. *Dimensões do conceito de Comunidade*

O conceito de comunidade tem sido convencionalmente compreendido ou como um determinado segmento populacional ocupando uma área territorial contígua, ou como um certo tipo de relação social evocando os aspectos mais positivos dos processos de associação humana. As definições explícitas de comunidade têm de certa forma se ligado mais enfaticamente a um ou outro destes ângulos, algumas vezes salientando variáveis de natureza ecológica ou demográfica, outras vezes acentuando processos sociais ou psicológicos catalizadores da unidade comunitária. As orientações dominantes nos estudos de comunidade acompanham necessariamente o dualismo interior ao conceito: distinguem-se no conjunto dos estudos de comunidade, de um lado, uma tendência mais caracteristicamente associada a um tratamento morfológico, em contraste com um enfoque mais recente, explorando mais especificamente os fenômenos processuais afetando a organização comunitária; relativamente, temas relacionados à ecologia e demografia predominam nos primeiros, enquanto nos últimos observa-se realçar-se o exame do sistema de relações interpessoais.

O conceito de comunidade permanece em elaboração, como a própria realidade social a que aponta. Trata-se, em primeiro lugar, de construir um conceito que identifique univocamente um único tipo de fenômeno social e de fazê-lo, a este fenômeno, simultaneamente, coberto todo por esse referente exclusivo. O conceito de comunidade, entretanto, não só não se alcançou conclusivamente distinguir de outros conceitos limítrofes, como os próprios núcleos convencionalmente reconhecidos como formas de organização comunitária têm colocado crescentemente um problema empírico ao reconhecimento de seus limites pelo contínuo processo de transformação a que se acham sujeitos.

C. Arensberg (1961) sumariza quatro variáveis que considera essenciais à definição de comunidade: espacial, populacional, organizacional e temporal. As variáveis espacial e populacional são de certa forma comuns a todas as modalidades de comunidade definidas no sentido biótico, isto é, um agregado de seres vivos explorando os recursos ecológicos de uma determinada área territorial; as variáveis organizacional e temporal é que lhe conferem um sentido propriamente humano: mais do que uma população ocupando um certo espaço geográfico, a comunidade humana envolve um quadro organizado de relações pessoais regido por um certo padrão cultural historicamente constituído; nas monografias, o estudo destas variáveis se traduz em títulos como "uso e posse da terra", "distribuição demográfica", "rede institucional", "desenvolvimento histórico" etc. (2)

As dimensões arroladas por Arensberg reproduzem elementos que são constantes em quase todas as definições de comunidade. A idéia de totalidade é dominante nesta temática: em qualquer das dimensões consideradas, menciona-se sempre o caráter unitário da comunidade; os demais atributos se introduzem para caracterizar sua natureza singular em face de outros fenômenos de constituição unitária: territorialidade (a comunidade é localizada, ocupa um espaço físico próprio que lhe fornece a base ecológica), critério demográfico (a comunidade compreende uma população como um dos seus constituintes primários), organização social (as relações sociais na comunidade compõem um sistema integrado cujo padrão pode ser empiricamente determinado) e código cultural (um sistema particular de significados permeia a comunidade, desenvolvendo entre seus membros o sentido de sua participação comum e sinalizando a área de domínio específico da comunidade).

A concepção holística de comunidade maximiza-se em R. Redfield: "The Little Community" (1955) é um esquema metodológico colocando uma variedade de modelos que, embora delineados a partir de uma perspectiva parcial, estão projetados para captar a comunidade como um todo. A premissa maior é o caráter rigorosamente

integral da comunidade enquanto tomada em sua expressão limite; e que já se caracteriza na afirmação inicial do livro:

"Humanity presents itself to the view of common sense in just a few kinds of integral entities ... each separate one of which is describable in its own characteristics as a whole" (p. 1). (3)

As dimensões que definem o conceito de comunidade em Redfield são distintividade: a comunidade apresenta limites visíveis ("where the community begins and where it ends is apparent"), compactação: a comunidade é um objeto condensado à apreensão de um observador único ("a unit of personal observation"), homogeneidade no tempo histórico e espaço social ("slow-changing") e auto-suficiência quanto ao provimento de todas ou quase todas as necessidades de seus membros ("a cradle to the grave arrangement") (4). Delineando um microcosmos fechado sobre si mesmo e que dificilmente encontra correspondência na realidade empírica, a definição de comunidade assim proposta aproxima-se da função de um tipo ideal, que visa, ao invés de apontar a uma classe de fenômenos, fixar um campo observacional e destacar as variáveis relevantes à compreensão dos processos nele ocorrentes.

2.2. *Comunidade em contínuum*

Tomar a comunidade como um tipo ideal implica numa mudança de perspectiva quanto à avaliação do conceito: já não se trata de indagar de sua correspondência ao real ou de sua precisão discriminativa em face de outros conceitos, mas fundamentalmente de considerar a consistência de sua estruturação como recurso metodológico e de analisar seu grau de sensibilidade para indicação das questões essenciais a serem submetidas à verificação.

Uma das formulações clássicas de comunidade como tipo ideal encontra-se em "The Folk Society", de R. Redfield (1947). No texto não se assinala explicitamente o termo comunidade, e sim sociedade de *folk*, mas seus parâmetros autorizam uma tradução para aquele conceito. Neste artigo, Redfield está interessado em desenvolver um *contínuum* que tem por termos polares as categorias "sociedade de *folk*" e "moderna sociedade urbana". O tipo "moderna sociedade urbana" não é descrito formalmente, mas inferido por inversão das características de seu tipo oposto, a "sociedade de *folk*". O tipo "sociedade de *folk*" é construído, segundo a concepção de Redfield, não por redução às características genéricas encontradas num certo número de exemplares observados, mas diversamente por adição de tantos

traços quantos sejam constatados nas sociedades que se presumem "de folk". A lista de Redfield é extensa, mas o autor não a considera definitiva, admitindo a incorporação de outros elementos que se venham a registrar; o tipo ideal de Redfield se mostra assim um instrumento elástico e puramente descritivo. Redfield caracteriza a sociedade de folk como:

"Such a society is small, isolated, nonliterate, and homogeneous, with a strong sense of group solidarity. The ways of living are conventionalized into that coherent system which we call "a culture". Behavior is traditional, spontaneous, uncritical and personal; there is no legislation or habit of experiment and reflection for intellectual ends. Kinship, its relationships and institutions are the type categories of experience and the familial group is the unit of action. The sacred prevails over the secular; the economy, is one of status rather than of market" (R. Redfield. 1947, pág. 293).

Nas pesquisas em Yucatan (5), Redfield tentou demonstrar um modelo transicional onde a passagem da sociedade de folk à sociedade urbana se realiza através da operação dos processos de individualização, secularização e desorganização, conseqüentes à intensificação de contatos e perda da homogeneidade. Redfield não assume ser esta a única via de transformação, mas é este esquema que completa a sua concepção do *continuum folk-urbano*.

Os trabalhos de Redfield integram um intenso período de estudos de comunidade na Sociologia norte-americana. Esta fase inicia-se com a publicação de *Middletown*, de Robert Lynd e Helen Lynd (6); Redfield particularmente marcou um significativo ciclo de pesquisas e discussões neste assunto, seja através da influência direta que exerceu sobre trabalhos inspirados em seu esquema conceitual — dentro e fora do Estados Unidos — seja através das contestações provocadas por sua obra. Quanto ao *continuum folk-urbano*, as principais críticas que se lhe têm levantado acusam sua perspectiva evolucionista e sua inadequação para explicar a mudança social. Implícito no *continuum*, deduz-se que os estímulos à mudança se propagam unidirecionalmente do pólo urbano (que nos delineamentos de Redfield corresponde ao modelo da sociedade ocidental urbano-industrializada) para a sociedade de folk, numa relação semelhante à ação do "civilizado" sobre o "primitivo"; ainda mais, situando externamente os fatores de propulsão à mudança e o sistema de oposições sociais, o *continuum* faz na verdade eludir o problema das relações de classe que atravessam tanto as sociedades de folk como as sociedades urbanas, reduzindo as contradições sociais a processos de urbanização, se-

cularização etc. Outras críticas mais específicas têm sido apontadas no *continuum*. O. Lewis (7), retomando uma mesma área de estudos explorada por Redfield, argumenta que a generalidade dos tipos poiares e o alto grau de seletividade na escolha de seus componentes comprometem-lhe o valor heurístico e deturpam-lhe o enfoque sem por isso especificar as relações causais ou as variáveis mais relevantes a serem consideradas. Por outro lado, Lewis acusa a incongruência do *continuum* para se ajustar à variedade de casos empíricos e a sua deficiência para lidar com variáveis históricas e sócio-psicológicas. Na verdade, o *continuum* de Redfield implica numa abordagem nitidamente culturalista, não encaminhando maior penetração explicativa para o exame das relações interpessoais ou para os temas de mudança e conflito social (8).

3. Alcance e Limitação do "Estudo de Comunidade" (9)

A comunidade como totalidade homogênea e isolada não existe senão como conceito-limite e portanto de natureza puramente lógica. Efetivamente, o que se encontra são "grupos populacionais integrados em complexas estruturas nacionais" (O. Nogueira, 1955, pág. 95), o que evoca de imediato duas ordens de problemas: o da eleição de critérios para demarcação da área de estudo de comunidade e o da exigência de uma interpretação contextualizada do mesmo; o corte afinal resulta de uma solução analítica, uma vez que na realidade são contínuas as relações que se desdobram entre o que se denomina comunidade e o meio envolvente.

Os estudos de comunidade foram canalizados para a Sociologia no Brasil como parte de um movimento intelectual na década de 30 voltado à consolidação de uma consciência científica na compreensão da realidade nacional. Operando uma revisão crítica da tradição acadêmica que os precedia, os estudos de comunidade, por seu embasamento empírico, se afiguraram então como a alternativa mais legítima para substituição dos modelos explicativos anteriores, contestados como conjecturais e paracientíficos (10). Prolongando esta perspectiva, a principal contribuição que se reconhece aos estudos de comunidade consiste em sua qualidade de encercamento de uma área de investigação, permitindo a verificação direta de certas hipóteses e favorecendo uma observação factual mais intensiva e aprofundada. Por sua estreita vinculação ao empírico, os estudos de comunidade se revestem de princípios de objetividade e precisão, admitindo-se não só que autorizem o preenchimento de lacunas que explicações fundadas em outras abordagens mais generalizantes não facultam conferir, como também que corrijam distorções que são produzidas por interpretações meramente especulativas. Outra contribuição importante

dos estudos de comunidade consiste em terem destacado o exame do sistema de relações interpessoais; trabalhando sobre um grupo populacional restrito e por um período relativamente longo de tempo, os estudos de comunidade habilitam-se a captar o sistema local de representações e a desvendar as categorias mais atuantes que orientam a prática da ação social. No dizer de O. Nogueira, "os estudos de comunidade permitem um exame mais adequado das manifestações subjetivas e interpretações inter-individuais" que de outra forma escapariam ao exame através de "técnicas ou perspectivas que levam a uma apreensão dessa realidade pelos seus aspectos mais externos e quantitativos". (O. Nogueira, *op. cit.*, pág. 98).

Uma das motivações que mais fortemente têm impulsionado a realização de estudos de comunidade têm sido as expectativas, em geral oficiais, que lhes têm sido dirigidas no sentido de fornecerem elementos para a formulação e implantação de programas de reforma social. Estas expectativas surgem do reconhecimento de que através dos estudos de comunidade pode-se não só obter dados precisos e seguros sobre as condições econômicas e sociais locais que favorecem ou obstaculizam as mudanças projetadas, como ainda atingir o conhecimento das tendências culturais e as disposições humanas para absorver os empreendimentos previstos (11). Mas em face de objetivos de aplicação prática de pesquisas, põem-se a descoberto algumas insuficiências inerentes aos estudos de comunidade. Nenhuma comunidade é um universo que se esgota em si mesmo, todas estão em maior ou menor grau sujeitas a influências externas, como projetam elas próprias áreas diferenciais de interesses; estabelecer para estudo os limites de uma comunidade é procedimento que requer uma definição rigorosa dos alvos a serem focalizados e um conhecimento amplo dos processos mais fundamentais da área onde está situada a comunidade; resulta, deste ponto de vista, que demarcar o âmbito de uma comunidade como objeto de estudo transforma-se de certa forma num ato operacional na medida em que implica na consideração de certas variáveis à exclusão de outras, dependendo do quadro teórico e da problemática que norteiam a investigação (12). Por outro lado, em contradição com a existência desta teia de determinações recíprocas atuando no meio social abrangente e o efeito sobre o desenvolvimento histórico da comunidade, de decisões e tendências geradas em outros centros dos mais afastados, os estudos de comunidade, que se restringem por definição ao exame de um segmento específico do sistema social total, não alcançam por isso produzir interpretações conseqüentes quando se limitam a encarar as comunidades como formações sociais estanques. A eficácia teórica e prática de um estudo de comunidade depende de sua contextualização. Um programa de intervenção racional na realidade supõe o controle do maior número de variáveis intervindo significativamente no campo experimental e

uma parcela ponderável destas é sem dúvida de origem extra-local. Ampliando-se o prisma de análise, relativizam-se as inferências sugeridas ao nível da comunidade frente à escala mais compreensiva da organização regional ou do sistema nacional é que se estabelecem as premissas para uma operação de generalização.

“O interesse... de uma monografia”, observa O. Ianni, reside nas “possibilidades que a análise de um caso isolado pode ter para o conhecimento de um conjunto ou uma série determinada” (O. Ianni, 1958, pág. 574); coloca-se assim o problema da representatividade nos estudos de comunidade. A representatividade de um fenômeno é aquilatada em função do atendimento de certos requisitos para comparabilidade. É necessário não somente que se apresente uma caracterização nítida do fenômeno que se está observando, como que se conheça adequadamente a configuração típica dos exemplares de mesma categoria, isto é, deve-se comprovar que as unidades que estão sendo comparadas sejam realmente comparáveis entre si quanto à natureza de sua estruturação e grau de desenvolvimento. No caso dos estudos de comunidade, a seleção da unidade mais adequada à pesquisa depende da identificação prévia, através da realização de *surveys*, dos processos e configurações típicos ocorrentes na área e suas determinações recíprocas; precedido desta sondagem, o estudo de comunidade passa a se ancorar num quadro de referência mais amplo, podendo produzir um rendimento explicativo que a consideração apenas fragmentária da comunidade não permitiria por si só induzir. Um estudo de comunidade que se elabora assim na origem ligado ao esclarecimento de uma problemática definida e dirigido por uma perspectiva teórica que lhe concatene as observações, pode trazer uma explanação mais completa e projetar-se a um nível de generalização mais alto, recuperando a instrumentalidade de um método quase sempre criticado por se deter simplesmente nos limites descritivos do atual e local.

4. Conclusão

Procurou-se neste artigo, em linhas gerais, traçar algumas das tendências marcantes no desenvolvimento dos estudos de comunidade. Partindo da consideração do conceito de “comunidade”, procurou-se extrair deste a concepção de “estudo de comunidade” e mostrar como a projeção desta é determinada pelas conotações que se acentuam naquele conceito. Numa elaboração tradicional, verificou-se que os estudos de comunidade inclinavam-se a um tratamento descritivo e sincrônico, abdicando implicitamente das intenções globalizadoras preconizadas nas dimensões básicas do conceito, enquanto produzindo obras internamente fracionadas e interpretações desconectadas do

melo envolvente (13). Dentro de um esquema conceitual mais ambicioso, como o *continuum folk*-urbano — que tão grande influência exerceu sobre a Sociologia dentro e fora dos Estados Unidos, sobretudo quando se tratasse de interpretar processos de transformação social — assinalou-se a sua inconsistência para dar conta da variedade de casos empíricos, o nivelamento imprimido aos fatores causais e a sua superficialidade e estreiteza na explicação da mudança social.

Abordagens mais atuais enfatizam os aspectos dinâmicos da comunidade, que já não se projeta como uma totalidade harmônica e estática, mas dá lugar a conflitos e tensões sociais. Os estudos modernos buscam não só um relacionamento mais consistente dos processos internos, como procuram focalizar a comunidade em suas conexões societárias mais amplas; desta forma, os estudos de comunidade se combinam e outras abordagens, produzindo trabalhos em níveis mais elevados de generalização e explicação causal. A comunidade se mostra como um *locus* privilegiado para observação do comportamento humano, com seus sistemas de representação e categorias de ação; a inquirição destes aspectos, ao lado dos valores de objetividade e precisão têm sido as propriedades correntemente reconhecidas aos estudos de comunidade.

Os estudos de comunidade não se projetam como uma teoria, no sentido de que não existe um corpo de generalizações que esteja associado à comunidade como seu centro conceitual específico. Os estudos de comunidade constituem antes um instrumento metodológico cuja eficácia depende de utilização adequada; representam um modelo de investigação social, que produz dados e interpretações a um determinado nível, mas que têm que ser dirigidos por um esquema teórico que os ultrapassa e que utiliza a comunidade como amostra ou campo de observação (14). O. Nogueira sintetiza bem a contribuição relativa dos estudos de comunidade:

“... este tipo de estudo — o de comunidade, em que a atenção do investigador se focaliza na tela de relações humanas contidas numa área local bem determinada — e o tipo de trabalho com que nos habituaram os que se dedicam à história econômica, social e política e, em geral, os ensaístas, não se excluem mutuamente, mas antes se completam. Muitos estudos de comunidades não teriam sentido, senão pelo fato de colocarem sob uma diferente perspectiva hipóteses surgidas e desenvolvidas através de estudos feitos com outra orientação”. (O. Nogueira, 1955. pág. 103).

BIBLIOGRAFIA

- Arensberg, C. & Kimball. — Family and community in Ireland. Cambridge, Harvard University Press, 1948. The Community as Object and as Sample. *American Anthropologist*, 63 (1961): 241-264.
- Cutileiro, José — A Portuguese Rural Society, Clarendon Press, Oxford, 1961.
- Davis, J. — Honour and Politics in Pisticci, Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland for 1965: 69-81.
- Frankenberg, Donald — British Community Studies; problems of synthesis in *The Social Anthropology of Complex Societies*, Tavistock Publications, ASA Monographs n.º 4: 123-150.
- Miner, Horace — El continuum folk-urbano. *Ciências Sociais* IV (23), 1953. pp. 214-221. Community-Society Continua. *The International Encyclopedia of the Social Sciences*. The Macmillan Co. 1968. pp. 174-180.
- Mintz, Sidney — El continuum folk-urbano y la comunidad rural proletaria. *Ciencias Sociales* IV 23, 1953.
- Mitchell, Clyde — The Kalela Dance, Rhodes-Livingstone Paper, n.º 27. Manchester University Press, 1956. Theoretical Orientations in African Urban Studies in ASA Monographs n.º 4. pp. 37-60.
- Nogueira, Oraci — Os estudos de comunidade no Brasil in *Revista de Antropologia* 3 (2). 1955: pp. 95-104.
- Redfield, Robert — The folk society in *American Journal of Sociology*, Jan., 1947: 293-308. The Little Community, viewpoints for the study of a human whole. Chicago, The Univ. of Chicago Press. 1955.
- Ribeiro, Darcy — O Programa de pesquisa em cidades-laboratórios in *Educação e Ciências Sociais*, ano 3, n.º 9: 13-30.
- Wagley, Charles — Brazilian Community Studies: a methodological evaluation in *Symposium Etno-Sociológico sobre Comunidades Humanas no Brasil*. 1955 :357-376 (Separata dos anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas).

NOTAS

(1) Mitchell sumariza como principais características do método antropológico: "... to provide qualitative data based on intense, free or open interviews combined with participant observation over a relatively long period of time" (C. Mitchell, 1966: 39).

(2) Do texto de Arensberg: "... Thus the unit minimum population aggregate, the community, is a structured social field of interindividual relationships unfolding through time. The community is not only a territorial unit and a unit table of organization; it is also an enduring temporal pattern of coexistences..." (Arensberg, C. 1961: 250).

(3) Uma citação exemplificativa do tipo de argumento característico da obra: "And the unity and distinctiveness of the little community is felt by everyone who is brought up in it and as part of it. The people of a band or a village or a small town know each of the other members of that community as parts of one another; each is strongly aware of just that group of people, as beonging together: the 'we' that each inhabitant uses recognizes the separateness of that band or village from all others. Moreover, to the member of the more isolated band or village the community is a round of life, a small cosmos; the activites and institutions lead from one into all the others so that to the native himself the community is not a list of tools and customs; it is an integrated whole" (Redfield, R. 1955: 10).

(4) Idem. pág. 4.

(5) The Folk Culture of Yucatan. Chicago, Univ. of Chicago Press. 1941.

(6) Middletown, A Study in American Culture. N. Y. Harcourt, Brace, Co. 1929.

(7) Lewis, Oscar. Life in a Mexican Village: Tepoztlan restutied. Urbana, Univ. of Illinois Press. 1951.

(8) O *continuum* de Redfield, como outras concepções sociológicas de "comunidade" são tributários de uma corrente de classificações dicotômicas do gênero "do mais elementar para o mais complexo"; dessas tipologias clássicas, as de Henry Maine (Ancient Law), Ferdinand Tonnies (Gemeinschaft und Gesellschaft) e Emile Durkheim (De la division du travail social) foram das que maior influência exerceram sobre o desenvolvimento subsequente das idéias sobre "comunidade" e "estudo de comunidade".

Na tipologia de Maine, opõem-se sociedades baseadas em *status* e sociedades baseadas em contrato: as primeiras são organizadas sobre o princípio de parentesco e atribuição de direitos por *status*; nas últimas, o princípio de parentesco é substituído pelo de contiguidade territorial e os direitos se adquirem por contrato.

Tonnies concebe a vontade humana como diversificada em dois subtipos: a vontade natural, de base emotiva, e a vontade reacional; derivadas destas modalidades de vontades, geram-se duas formas de associação: Gemeinschaft ("comunidade") e Gesellschaft ("socieda-

de"): a "comunidade" se organiza sobre relações pessoais, valores afetivos e experiências comuns, enquanto a sociedade baseia-se numa ordenação contratual efetuada na esfera de mercado e é regida por valores monetários.

Durkheim observa dois tipos de solidariedade: solidariedade mecânica — por justaposição, e solidariedade orgânica — por complementaridade dos componentes sociais; estabelecendo a partir daí uma série de outras relações considerando diferentes variáveis. Mesmo impressionisticamente, já se podem identificar nessas classificações alguns dos ingredientes usuais nas interpretações de comunidade: homogeneidade, envolvimento pessoal, tradicionalismo etc.

(9) As definições de "estudo de comunidade" acompanham as de "comunidade". Na formulação de O. Nogueira, por exemplo: "Por estudos de comunidade temos em vista aqueles levantamentos de dados sobre a vida social em seu conjunto, relativos a uma área cujo âmbito é determinado pela distância a que se situam nas várias direções os moradores mais afastados do centro local de maior densidade demográfica, havendo entre os moradores do núcleo central e os da zona circunjacente, assim delimitada, uma interdependência direta para a satisfação de, pelo menos, parte de suas necessidades fundamentais." (O. Nogueira, 1955: 95).

(10) No Brasil, além de terem sido inicialmente julgados como atendendo às exigências de uma explicação mais rigorosa e elaborada da problemática nacional resultante das complexas transformações históricas e estruturais ligadas ao processo de expansão capitalista e seu impacto sobre a estrutura agrária brasileira, os estudos de comunidade vinham adicionalmente sensibilizar as correntes de pensamento positivista difundidas na intelectualidade brasileira.

(11) Com este espírito, por exemplo, fôra formulado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, em convênio com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo o "Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório". Na abertura de um relatório parcial, explica Darci Ribeiro, diretor do Programa: "O Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório, em sua primeira formulação tinha como objetivo tomar municípios-tipo que se defrontassem com problemas educacionais comuns a cada uma das regiões mais diferenciadas do Brasil, para constituir-los em laboratórios de estudos e, posteriormente, de experimentação educacional" (D. Ribeiro, 1958: 13). E mais adiante: "No Plano Piloto figura como objetivo número 1 a Intensificação dos estudos e levantamentos sobre os problemas sociais, econômicos e culturais das áreas a serem objeto de experiência com vistas ao aperfeiçoamento progressivo das diversas fases da mesma, que, todavia, terá início imediato" (idem: 17).

(12) Pertinente a este ponto, cabe transcrever uma passagem da crítica de Durkheim à utilização do método monográfico: "O verdadeiro método experimental tende antes a substituir os fatos vulgares... pelos fatos decisivos e cruciais, ... os quais, por si mesmos e independentemente de sua quantidade, apresentam valor e interesse científicos. É necessário proceder assim sobretudo quando se trata de constituir gêneros e espécies. Pois efetuar o inventário de todos os caracteres que pertencem a um indivíduo constitui problema insolúvel. Todo

indivíduo é um infinito e o infinito não se pode esgotar. Limitar-nos-emos às propriedades essenciais; torna-se necessário um critério que ultrapasse o indivíduo para escolha destas propriedades e as monografias, por mais bem feitas, não no-lo poderiam fornecer" (E. Durkheim. As regras do Método Sociológico (trad.). S. P.; Cia. Ed. Nac 963:73).

(13) Wright Mills denuncia a fragmentação dos estudos de comunidade como uma evidência de omissão política: "El científico social que gasta su fuerza intelectual en los detalles de ambientes de pequeña escala, no pone su trabajo al margen de los conflictos y las fuerzas políticas de su tiempo, sino que, por lo menos indirectamente y de hecho, acepta la estructura de su sociedad". (C. Wright Mills. La Imaginación Sociológica (trad.). Mexico. Fdo. Cult. Econ. 1961:95).

(14) "Let us review the obvious separeteness of the questions about community. On the one hand, one asks what a community is. ... On the other hand, the questions are different when one asks about the community as a field or a sample in which to study something else than the community itself". (C. Arensberg. 1961: 242).

**REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS
BRASILEIROS**

Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de São Paulo — São Paulo
Diretor: José Aderaldo Castello
Caixa Postal, 11 154 — São Paulo - SP — Brasil

CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE

Publicação semestral editada sob o patrocínio da
VI^e Section (Sciences Economiques et Sociales) da
École Pratique des Hautes Études, Paris

Directeur: Georges Balandier
Secrétaire: Jean Duvignaud

Preço do exemplar: 18 F
Assinatura anual: 32 F

Presses Universitaires — Département de Périodiques:
12, Rue Jean-de-Beauvais — Paris 5^{ème} — France